

RECURSO ESPECIAL Nº 1.737.996 - PE (2018/0099035-9)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
RECORRENTE : **GABRIELA CARLA CARNEIRO DA CUNHA PINTO LAPA**
RECORRENTE : **REGINA CARLA CARNEIRO DA CUNHA PINTO LAPA**
RECORRENTE : **ANA CARLA CARNEIRO DA CUNHA PINTO LAPA**
ADVOGADOS : **PAULO HENRIQUE MONTEIRO VIANA - PE020075**
: **BRUNO BEZERRA DE SOUZA - PE019352**
: **BÁRBARA TENÓRIO DE ANDRADE OLIVEIRA E OUTRO(S) -**
: **PE034462**
RECORRIDO : **FAZENDA NACIONAL**
INTERES. : **TENÓRIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por GABRIELA CARLA CARNEIRO DA CUNHA PINTO LAPA, REGINA CLARA CARNEIRO DA CUNHA PINTO LAPA e ANA CARLA CARNEIRO DA CUNHA PINTO LAPA, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que possuiu a seguinte ementa (e-STJ fls. 279/280):

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE TERCEIRO. INDISPONIBILIDADE DE BENS IMÓVEIS. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL ANTERIOR À CITAÇÃO NA MEDIDA CAUTELAR FISCAL. NÃO CONFIGURADA FRAUDE À EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE REGISTRO DE IMÓVEL. BOA-FÉ DO TERCEIRO ADQUIRENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 303 DO STJ. PRECEDENTE FIRMADO EM RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. FAZENDA PÚBLICA. APELAÇÃO PROVIDA.

1. Nos termos do Enunciado 303 da súmula do Superior Tribunal de Justiça "Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios".

2. No julgamento do REsp 1.452.840, submetido à sistemática dos recursos repetitivos, a Corte Superior tratou de forma mais detalhada do tema, tendo firmado a seguinte tese: "Nos Embargos de Terceiro cujo pedido foi acolhido para desconstituir a constrição judicial, os honorários advocatícios serão arbitrados com base no princípio da causalidade, responsabilizando-se o atual proprietário (embargante), se este não atualizou os dados cadastrais. Os encargos de sucumbência serão suportados pela parte embargada, porém, na hipótese em que esta, depois de tomar ciência da transmissão do bem, apresentar ou insistir na impugnação ou recurso para manter a penhora sobre o bem cujo domínio foi transferido para terceiro".

3. Hipótese em que restou configurada a inércia da parte embargante em proceder à averbação do contrato de promessa de compra e venda na matrícula do imóvel, no Cartório de Registro de Imóveis, quando de sua celebração, o que ensejou a constrição patrimonial. Por outro lado, depois de comprovada a titularidade do bem, a Fazenda Nacional não opôs qualquer resistência quanto à sua liberação, de modo que, mesmo vencedora, a parte embargante deve arcar com a verba honorária.

4. Apelação provida.

As recorrentes apontam violação dos arts. 85 e 90 do CPC/2015.

Em suma, aduzem que: (i) não foram responsáveis pela constrição do imóvel, razão pela qual

é incabível a aplicação da Súmula 303 do STJ; (ii) por não terem quitado o imóvel, ficaram impossibilitadas "de proceder a transferência do mesmo, o que afastaria a aplicação da Súmula 303 do STJ" (e-STJ fl. 297); (iii) o art. 85 trata dos honorários devidos pela parte vencida na demanda e que, na hipótese dos autos, não houve sucumbência, uma vez que o pleito dos embargos de terceiro foi acolhido na íntegra; (iv) a FAZENDA é que deveria ser condenada ao pagamento dos honorários, nos termos do art. 90 do CPC/2015.

As contrarrazões foram oferecidas às e-STJ fls. 325/329.

O recurso foi admitido à e-STJ fl. 331.

Passo a decidir.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC (Enunciado 3 do Plenário do STJ).

Dito isso, importa mencionar que o presente recurso especial teve origem em embargos de terceiro (e-STJ fls. 1/10), assim decididos em primeiro grau de jurisdição (e-STJ fls. 218/219):

Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial para, com base no art. 487, I e III, "a", do CPC, extinguir o presente processo com resolução de mérito, determinando o levantamento da ordem de indisponibilidade sobre o imóvel, promovida em situado na Av. Domingos Ferreira, 2160, Boa Viagem, Recife/PE sala 909 do Empresarial Business Beach face de decisão judicial prolatada nos autos da medida cautelar nº 0015238-92.2012.4.05.8300.

Considerando o princípio da causalidade, deixo de condenar a Fazenda Nacional ou a embargante no pagamento dos honorários advocatícios. Custas pelas embargantes.

O Tribunal de origem deu provimento ao recurso da FAZENDA nos seguintes termos (e-STJ fls. 269/271):

[...]

Do compulsar dos autos, observa-se que no ano de 2003 foi firmado instrumento particular de contrato de promessa de compra e venda do imóvel objeto de constrição, sendo a parte apelada a então promissária compradora adquirente. A indisponibilidade do imóvel, oriunda da Medida Cautelar Fiscal promovida pela Fazenda Nacional contra a então promitente vendedora, somente se deu em 2012, portanto, vários anos após a celebração do contrato.

Como sabido, é possível a averbação do contrato de promessa de compra e venda na matrícula do imóvel, no Cartório de Registro de Imóveis, quando de sua celebração, o que inclusive tem implicações práticas, como o surgimento do direito real de compra do imóvel em favor do promissário comprador.

Deste modo, importa destacar que a Fazenda Nacional, embora seja a parte vencida dos embargos, não deu causa à constrição indevida, tendo em vista que só procedeu aos atos de indisponibilidade em razão de não terem as apeladas realizado o devido registro, omissão que induziu a União a equívoco.

A premência no que diz respeito ao ajuizamento dos embargos de terceiro

pelas adquirentes decorre diretamente de sua desídia em não terem promovido o registro do compromisso de compra e venda no momento adequado, o que conferiria publicidade ao ato, possivelmente impedindo a indisponibilidade do bem.

Neste contexto, há que se entender que a parte embargante deu causa à demanda, atraindo a incidência da Súmula nº 303 do Superior Tribunal de Justiça, textual:

"Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios".

Impende salientar que o tema em comento foi objeto de Recurso Especial Repetitivo, sob o nº 1.452.840/SP, cuja ementa transcrevo:

[...]

Assim, tendo em vista que tão logo restou comprovada a celebração do contrato em momento anterior à medida cautelar, presente a boa-fé, além da posse inequívoca da parte ora embargante, a Fazenda Nacional procedeu ao reconhecimento do direito pleiteado, entendendo que os honorários sucumbenciais devem ser arcados pelas atuais proprietárias, sendo o ônus a recair sobre a inércia supramencionada, conforme precedente firmado no Recurso Especial Repetitivo colacionado.

Com essas considerações, DOU PROVIMENTO à apelação para condenar as apeladas ao pagamento de honorários advocatícios em favor da Fazenda Nacional, arbitrados em 10% sobre o valor da causa atualizado, nos termos do artigo 85, § 3, I do CPC/2015.

É como voto.

Pois bem.

O recurso não comporta acolhimento.

Isso porque as recorrentes deixam de impugnar o seguinte fundamento do acórdão recorrido (e-STJ fl. 269):

Como sabido, é possível a averbação do contrato de promessa de compra e venda na matrícula do imóvel, no Cartório de Registro de Imóveis, quando de sua celebração, o que inclusive tem implicações práticas, como o surgimento do direito real de compra do imóvel em favor do promissário comprador.

Deste modo, importa destacar que a Fazenda Nacional, embora seja a parte vencida dos embargos, não deu causa à constrição indevida, tendo em vista que só procedeu aos atos de indisponibilidade em razão de não terem as apeladas realizado o devido registro, omissão que induziu a União a equívoco.

A premência no que diz respeito ao ajuizamento dos embargos de terceiro pelas adquirentes decorre diretamente de sua desídia em não terem promovido o registro do compromisso de compra e venda no momento adequado, o que conferiria publicidade ao ato, possivelmente impedindo a indisponibilidade do bem.

Neste contexto, há de se entender que a parte embargante deu causa à demanda, atraindo a incidência da Súmula n.º 303 do Superior Tribunal de Justiça (Grifei).

A falta de impugnação específica dessas razões tem o condão de atrair a aplicação da Súmula 283 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.").

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO DOS ARTS. 3º, 113 E 128 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 282/STF. AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA N. 283/STF. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO EM DISPOSITIVO LEGAL APTO A SUSTENTAR A TESE RECURSAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. MULTA DO ART. 1.026 DO CPC. APLICAÇÃO NÃO ADEQUADA NA ESPÉCIE.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - A ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo tribunal a quo impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula n. 282 do Supremo Tribunal Federal. III - A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, da Súmula n. 283 do Supremo Tribunal Federal.

IV - A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação do recurso quando os dispositivos apontados como violados não têm comando normativo suficiente para infirmar os fundamentos do aresto recorrido, circunstância que atrai, por analogia, a incidência do entendimento da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal. V - O Agravante não apresenta argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida. VI - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero desprovimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VII - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1.714.321/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 1º/06/2018).

TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. FIDEICOMISSO. PENHORA DE BENS DO FIDUCIÁRIO. PROPRIEDADE RESOLÚVEL. IMPOSSIBILIDADE.

1. Inexiste contrariedade ao art. 535, II, do CPC/1973 quando a Corte local decide fundamentadamente todas as questões postas a seu exame. Ademais, não se deve confundir decisão contrária aos interesses da parte com ausência de prestação jurisdicional.

2. O Superior Tribunal de Justiça firmou a orientação no sentido de que, por analogia, o objeto de alienação fiduciária, pertencente à esfera patrimonial de outrem, não pode ser alvo de penhora no processo de execução fiscal, porquanto o domínio da coisa não pertence ao executado, mas a um terceiro, a quem não se pode atingir. No caso, o fiduciário estará na guarda e propriedade resolúvel quando não ocorra a condição resolutória, manifestação de vontade do fideicomitente (o testador). Precedente.

3. O extinto Tribunal Federal de Recursos editou a Súmula 242, que preceitua: "O bem alienado fiduciariamente não pode ser objeto de penhora nas execuções ajuizadas contra o devedor fiduciário".

4. Por outro lado, a Corte de origem proclamou o entendimento de que,

tratando-se de constrição dos direitos do devedor fiduciante, é imprescindível a anuência do credor fiduciário. Tal fundamento não foi impugnado pela recorrente nas razões do apelo especial, o que, por si só, mantém incólume o acórdão combatido. Incide no ponto a Súmula 283 do STF.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.505.398/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 13/06/2018).

De outro lado, vale acrescentar que também não é possível conhecer do recurso especial quando o artigo de lei apontado como violado nas razões do apelo não contém comando normativo capaz de infirmar o fundamento do acórdão atacado, o que atrai a aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.").

Sobre a questão:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. [...] DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. [...] AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DAS SÚMULAS N. 283 E 284/STF [...]

II - A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação do recurso quando os dispositivos apontados como violados não têm comando normativo suficiente para infirmar os fundamentos do aresto recorrido, circunstância que atrai, por analogia, a incidência do entendimento da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal [...]

VIII - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1.656.968/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 16/06/2017).

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA, NO TOCANTE À EXIGÊNCIA DE DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA DE ICMS, EM OPERAÇÃO INTERESTADUAL DE AQUISIÇÃO DE MERCADORIA, EM OUTRO ESTADO DA FEDERAÇÃO, POR PRESTADORA DE SERVIÇOS DE CONCRETAGEM. HIPÓTESE EM QUE O TRIBUNAL DE ORIGEM CONCLUIU QUE A PARTE AUTORA NÃO PRODUZIU PROVA DE SUAS ALEGAÇÕES. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL, NO QUAL HOUVE ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 2º, 3º E 4º DA LEI COMPLEMENTAR 87/96, POR INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 283 E 284 DO STF E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO [...]

III. In casu, o fundamento em que se assenta o acórdão do Tribunal de origem - consubstanciado na falta de produção de prova, pela parte autora, da existência de contrato de construção civil ou de prestação de serviço de concretagem em andamento - não restou impugnado, suficientemente, nas razões do Recurso Especial, eis que a parte autora, ora agravante, em vez de indicar eventual contrariedade ao dispositivo de lei federal pertinente ao ônus da prova, optou por indicar, como supostamente contrariados, tão somente as disposições de direito tributário, previstas na Lei Complementar 87/96, que não possuem comando normativo apto para infirmar o aludido fundamento do acórdão recorrido. Nesse contexto, incidem, na espécie, por analogia, as Súmulas 283/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão

Superior Tribunal de Justiça

recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles") e 284/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia") [...]

V. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1.225.128/MS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 15/05/2018).

Por fim, destaco que o acórdão recorrido fixou os honorários em 10% (dez por cento) do valor da causa (e-STJ fl. 279).

Dessa forma, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, há de ser aplicada a majoração recursal, de modo a ser fixada a verba honorária total no percentual de 11% (onze por cento) do valor da causa.

Ante o exposto, nos termos do art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial, e majoro a verba honorária de sucumbência, restando fixada em 11 % (onze por cento) sobre o valor da causa atualizado, respeitados os limites e os critérios previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator